

CÂMARA
MUNICIPAL DE
BOCAIUVA

TERMO DE REFERÊNCIA

1-OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de capacitação para vereadores, tendo como tema: Gestão de crises e emergências, aumento da arrecadação municipal e controle interno.

ITEM	UND	QTD	SERVIÇO	VALOR UN.	VLR TOTAL
01	Serviço	02	Curso de capacitação		R\$

1.1 – Conteúdo Programático

Tema: “GESTÃO DE CRISES E EMERGÊNCIAS, AUMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E CONTROLE INTERNO.

Palestra: Criação de planos e políticas para lidar com eventos inesperados
Políticas de gestão de riscos, Etapas da gestão de crises, Como deve se organizar a gestão de crises e emergências do município, Planos de contingência;

Palestra: Modernização dos sistemas tributários, Estratégias de aumento da arrecadação municipal, Parcerias com a iniciativa privada Incentivos fiscais, os repasses estaduais e federais;

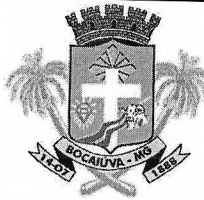
Palestra: O controle interno na administração pública, O sistema de controle interno na fiscalização do cumprimento das metas, Controle interno como ferramenta de apoio ao prefeito, A controladoria interna tem autonomia funcional.

2- JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e o entendimento à regra é licitar. Contudo, A Lei trás especificações para à Contratação Direta, como à contratação de treinamento

e aperfeiçoamento de pessoal por inexigibilidade de licitação com fulcro no Art. 74, inciso III, alínea F:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:



CÂMARA
MUNICIPAL DE
BOCAIUVA

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Com base nessa jurisprudência houve a Decisão 439/1988, onde a Corte por meio do Min. Adhemar Paladino Ghisi, fixou:

“...se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, da Lei 8666/93 a contratação de professores, conferencistas ou Instrutores, para ministrar aulas em cursos de treinamento, de formação ou de complementação de conhecimentos de servidores especializados...”.

Nada obstante, o entendimento do relator foi ainda mais longe, aduzindo que

“...a inexigibilidade de licitação, na atual realidade, entende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção.”

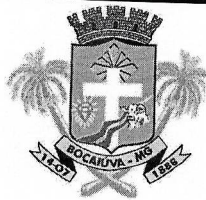
Acompanhando à unanimidade pelo Pleno, o TCU fixou o seguinte entendimento:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93; 2. Retirar o sigilo dos autos e ordenar sua publicação em Ata; e 3. Arquivar o presente processo.

Dessa maneira, tanto a Lei de Licitação 14.133/2021 quanto a jurisprudência dos órgãos de controle é que a licitação para cursos abertos é inviável, antes, pelo fato de que cada um é único. Com isso, o melhor enquadramento dessa contratação por meio da contratação direta por inexigibilidade.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:

4.1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta inexigibilidade de licitação será efetuado pela Câmara Municipal de Bocaiuva-MG, por processo



CÂMARA
MUNICIPAL DE
BOCAIÚVA

legal, através de fatura no período de até 05 (cinco) dias, após autorização da autoridade competente;

4.2- Se a prestação do serviço não for entregue conforme condições deste termo de referência, o pagamento ficará suspenso;

4.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

5 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

5.1 - Pela inexecução das condições estipuladas, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

6.1 - A fiscalização e autorização, para prestação do serviço será realizado pela Administração, através do funcionário indicado pelo Presidente, observados os art. 169 a 171 da Lei Federal 14.133/2021, através de quem designar, terá amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

7 - DOS MOTIVOS PARA RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1 - A contratação objeto deste Termo de Referência poderá ser rescindida:

7.2. - Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos artigos 169 a 171 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. - Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

7.4 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

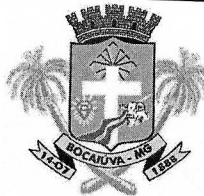
7.5 - Ocorrendo à rescisão contratual e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, a Administração responderá pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos serviços efetivamente prestados pela contratada até a data da rescisão.

8 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 - As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, em original ou cópia legível para o Agente de Contratação e Equipe Técnica;

- Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.1.6 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



CÂMARA
MUNICIPAL DE
BOCAIUVA

8.1.7 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante;

8.1.8 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

8.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943." (Lei 12.440/2011);

- Qualificação Econômica - Financeira.

8.1.10 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da comarca sede da licitante.

- Qualificação Técnica

09 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE DO CONTRATO:

09.1- Não se aplica

10 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

10.1-A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto na Lei Federal .14.133/21.

11 - Das Dotações Orçamentárias

11.1 - Para cobertura desta despesa será utilizado recursos próprios da seguinte dotação orçamentária:

.031.0001.2002- Participação em Congresso/
Curso/Seminários/Eventos/Simpósios.

33903900-Outros serviços pessoas jurídicas. Ficha 06.

Bocaiuva/MG, 17 /07/2025

Sr. Higor Rafael Pereira Duarte
Presidente da Câmara Municipal de Bocaiuva/MG

CAPACITANDO

GESTORES PÚBLICOS, AGENTES POLÍTICOS
E SERVIDORES PÚBLICOS



**Destinado: Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores (as), secretários (as)
Assessores do Legislativo e Servidores Públicos**

Brasília - DF

De 22 a 25 de Julho - 2025

Tema: "GESTÃO DE CRISES E EMERGÊNCIAS, AUMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E CONTROLE INTERNO"

Terça-Feira: 22/07 - Horário – 14:00 às 17:00hs

- * Credenciamento e Entrega de Materiais

Quarta-Feira: 23/07 - Horário: 8:00 às 12:00 – Palestra

- * Criação de planos e políticas para lidar com eventos inesperados
- * Políticas de gestão de riscos
- * Etapas da gestão de crises
- * Como deve se organizar a gestão de crises e emergências do município
- * Planos de contingência

Quinta-Feira: 24/07 - Horário: 8:00 às 12:00 – Palestra

- * Modernização dos sistemas tributários
- * Estratégias de aumento da arrecadação municipal
- * Parcerias com a iniciativa privada
- * Incentivos fiscais
- * Os repasses estaduais e federais

Sexta-Feira: 25/07 - Horário: 8:00 às 12:00 – Palestra e encerramento com entrega de certificados

- * Setor indispensável
- * O controle interno na administração pública
- * O sistema de controle interno na fiscalização do cumprimento das metas
- * Controle interno como ferramenta de apoio ao prefeito
- * A controladoria interna tem autonomia funcional

Inscrição e pagamento

Celular/whats: 31-99607-1200

Pagamento: Depósito Bancário, Dinheiro ou Cheque (1.100,00 por participante)

Dados Bancários: Banco do Brasil: Ag: 3014-7 C/C: 62378-4

EMAIL: wrgestaopublica@wrgestaopublica.com.br; contato@wrgestaopublica.com.br

Site: www.wrgestaopublica.com.br

HOTEL CONVENIADO: ILHABELA PARK HOTEL

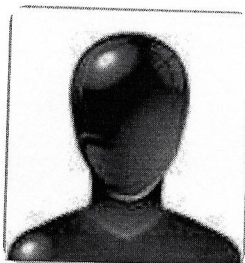
SUBSOLO: Aptº single: R\$ 170,00 - Aptº duplo: R\$ 300,00 - Aptº triplo: R\$450,00

1º ANDAR: Aptº single: R\$ 170,00 - Aptº duplo: R\$ 320,00 - Aptº triplo: R\$480,00

DEMAIS ANDARES: Aptº single: R\$ 180,00 - Aptº duplo: R\$ 340,00 - Aptº triplo: R\$480,00

LOCAL: ILHABELA PARK HOTEL – Praça Central – 4B – Tel: 61-3486-1286 -Cep: 71710-000

EMPRESA WR GESTÃO PÚBLICA NÃO SE RESPONSABILIZA POR DESPESAS DE VIAGEM E TRANSLADO PARA O EVENTO, DEVENDO AS INSCRIÇÕES SEREM FEITAS DE MANEIRA ANTECIPADA. A DATA DOS CURSOS PODERÃO SOFRER ALTERAÇÃO, ACOMPANHE NOSSO SITE.



Roberta Cordeiro de Melo Magalhães

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6097524550249620>

ID Lattes: **6097524550249620**

Última atualização do currículo em 08/03/2024

Possui graduação em Direito - Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (1996). Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público, turma 2010, com aprovação da Dissertação em 11 de setembro de 2012. Doutora em Direito e Políticas Públicas pela Instituição de Ensino Superior de Brasília - Uniceub - em 2020 Pós-doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Portucalense - Porto/Portugal. Atualmente é professora da Escola da Magistratura (cursos de pós-graduação), Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal (FESMPDFT) e do Instituto Brasiliense de Direito Público nos cursos de Graduação e Pós-graduação e no CEUB (Centro Universitário de Brasília) (graduação). Professora de Direito Penal na Pós-graduação da ATAME de Brasília e Goiânia). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Direito Processual Penal. Publicação: Livro TJDF Juiz de Direito Substituto - Questões dos últimos concursos com gabaritos comentados - Série Provas Comentados. Editora Verbo Jurídico (**Texto informado pelo autor**)

Identificação

Nome

Roberta Cordeiro de Melo Magalhães

Nome em citações bibliográficas

MAGALHÃES, R. C. M.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/6097524550249620>

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2016 - 2020

Doutorado em Direito.
Centro Universitário de Brasília, UniCEUB,
Brasil.

Título: VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO
CONTEXTO DA VIOLÊNCIA FEMININA, ,
Ano de obtenção: 2020.

Orientador:  Hector Valverde Santana.

Coorientador: Jefferson Carús Guedes.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público /

Especialidade: Direito Penal.
Setores de atividade: Atividades de
atenção à saúde humana.

2010 - 2012

Mestrado em Constituição e Sociedade.
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP,
Brasil.

Título: O devido processo legal, o sistema
acusatório e o princípio da proteção
judicial efetiva na concretização do direito
penal, Ano de Obtenção: 2012.

Orientador:  Mohamad Mahmoud.

1992 - 1996

Graduação em Direito.
Faculdade de Direito de São Bernardo do
Campo, FDSBC, Brasil.

Atuação Profissional

Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor, Carga horária: 4

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor titular

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: professor, Carga horária: 4

Vínculo institucional

2008 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: professor, Carga horária: 4

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala
Razoavelmente, Lê Razoavelmente,
Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem,
Escreve Razoavelmente.

Italiano

Compreende Razoavelmente, Fala
Razoavelmente, Lê Razoavelmente,
Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

MAGALHÃES, R. C. M.. A controvérsia em torno do elemento
subjetivo no crime de publicidade enganosa ou abusiva.
REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, v. 127, p. 357, 2020.

2.

MAGALHÃES, R. C. M.. Femicídio: fundamento da pena qualificada. REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL, v. 17, p. 1, 2020.

3.

★ **MAGALHÃES, R. C. M..** A Lei Maria da Penha e a sua (in) efetividade na proteção da mulher vítima de violência doméstica na cidade satélite de Samambaia/DF. CADERNO VIRTUAL (INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO), v. 2, p. 1-22, 2019.

4.

★ **MAGALHÃES, R. C. M..** Violência obstétrica enquanto violência de gênero e seu viés racial. CADERNO VIRTUAL (INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO), v. 3, p. 1, 2019.

5.

★ **MAGALHÃES, R. C. M..** Da localização dogmática da atividade de compliance no ambiente corporativo sob o ponto de vista da responsabilização criminal da pessoa coletiva. REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL, v. 16, p. 5-16, 2019.

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

MAGALHÃES, R. C. M.. Participação em banca de Flávio Maltez Coca. OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A PROVA NA PERSECUÇÃO PENAL. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Penal e Processo Penal) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

MAGALHÃES, R. C. M.. Participação em banca de Daniel Andrade Fonseca. O EXERCÍCIO CLÁNDESTINO DA ATIVIDADE

3.

MAGALHÃES, R. C. M.. Participação em banca de David Coutinho e Souza. A INIMPUTABILIDADE PENAL À LUZ DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: REDUZIR OU NÃO A IDADE PENAL?. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Penal e Processo Penal) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

4.

MAGALHÃES, R. C. M.. Participação em banca de Antônio Marcos Lourenço Teixeira. LATROCÍNIO: ROUBO QUALIFICADO PELO RESULTADO E AS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS SOB O PONTO DE VISTA LEGAL. 2010.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

MAGALHÃES, R. C. M.; RIBEIRO, B. A. S.. Participação em banca de Samantha Cristine Oliveira Martins. A segregação racial no Brasil e o encarceramento em massa dos negros. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

MAGALHÃES, R. C. M.; RIBEIRO, B. A. S.. Participação em banca de Odalea Mendes Noleto de Sousa Cruz. A natureza jurídica da atividade laboral exercida pelo preso e sua contraprestação em uma perspectiva constitucional. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

3.

MAGALHÃES, R. C. M.; RIBEIRO, B. A. S.. Participação em banca de Jullyanna da Silva Souza. A (in) constitucionalidade do tratamento desigual entre filhos pela lei n. 13.142/2015. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

MAGALHÃES, R. C. M.; RIBEIRO, B. A. S.. Participação em banca de Daniel Vinicius dos Santos Castro. Estudo crítico do brocardo in dubio pro societate no processo penal. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Fábio Alyes de Aguiar. A ORDEM DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAL ENTRE DELATOR E DELATADO. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

2.

Wallys Buriti dos Santos. Da suposta ofensa ao princípio da legalidade pelas normas penais em branco. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

3.

Webert Tadeu dos Santos Costa. O princípio da inviolabilidade de domicílio e a validade da busca e apreensão como meio de prova: uma análise jurisprudencial. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

4.

Clara Caetano Menezes. A sentença penal e o dever de indenizar. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

5.

Ítalo Higor Souza e Silva Lopo. A (i)legitimidade da prisão preventiva no Brasil: análise dos fundamentos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

6.

WESLEY LIMA DE LUCENA. ATIVISMO JUDICIAL: Confronto com o Princípio da Separação de Poderes. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

7.

THAINAH MENDES FAGUNDES. A INEFICIÊNCIA DO LIVRAMENTO CONDICIONAL ? UMA COMPARAÇÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL E DA PRISÃO DOMICILIAR À LUZ DA SUPERLOTAÇÃO CARCERARIA. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Penal e Processo Penal) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

8.

GUILHERME MADRUGA JORGE. A REMIÇÃO DA PENA NOS CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS É O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Penal e Processo Penal) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

9.

NEWTON FLÁVIO DE OLIVEIRA TEMOTEO. A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE ACÓRDÃO PENAL CONDENATÓRIO SUJEITO A RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Penal e Processo Penal) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

10.

Daniel Lucas Silva Santiago. A prevenção e a repressão aos crimes de colarinho branco. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós Graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

11.

Noemi da Silva Araújo. A (ir)retubilidade da maioria penal sob os aspectos principiológicos da Constituição Federal e legislação aplicada. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

12.

Vinícius Azevedo de Lima. (In) aplicabilidade da reincidência de acordo com as finalidades da pena. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

13.

Sérgio dos Santos. Lei Maria da Penha e o feminicídio são mecanismos eficazes de combate à violência contra a mulher, a solução para a redução desse tipo de ato ilícito é o punitivismo estatal. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

14.

Marcos Elias Akaoni de Souza dos Santos Alves. A problemática do nudes/nudez no ordenamento jurídico brasileiro. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

15.

Gileno Taveira Fernandes Júnior. Aplicação da Lei Maria da Penha e a jurisprudência - A relação de princípios constitucionais. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

16.

MARCELA RABELLO JARDIM CORRÊA OLIVEIRA. A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E SUA ADMISSIBILIDADE COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

17.

Wellington Luiz Rangel da Silva. Medidas cautelares pessoais bo ordenamento jurídico brasileiro: com ênfase em prisão preventiva. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

18.

Pedro Cardoso Leite de Sousa. Análise do princípio da insignificância quando da instauração do inquérito policial. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Aperfeiçoamento/Especialização) - Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

19.

Giselda Regina de Medeiros Lima. A problemática em torno da medida de segurança. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

20.

Wendel Lira Pimenta. Da prisão preventiva no âmbito da violência doméstica ou familiar contra a mulher. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

21.

Flávio Rogério da Silva. A aplicabilidade de medidas cautelares em crimes não violentos praticados por dependentes químicos. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

22.

Bárbara Lima Rocha Azevedo. Monitoramento eletrônico como medida alternativa de prisão. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

23.

Benami José Gomes Júnior. A proporcionalidade da prisão preventiva nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

24.

Caroline Araújo Barbosa Vasconcelos de Goes Engel. A inconstitucionalidade da indeterminação temporal da medida de segurança aplicada a indivíduos acometidos de psicopatia grave. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

25.

Cláudio Sanzonowicz Júnior. As limitações ao postulado da verdade real no sistema persecutório brasileiro. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

26.

Gilson Valentim Martins. A limitação do cumprimento da medida de segurança em trinta anos pelo Supremo Tribunal Federal e sua aplicação ao psicopata. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

27.

Giovana Vieira Fernandes. A proporcionalidade da prisão preventiva na Lei Maria da Penha. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

28.

Gutemberg Mangueira Abílio Júnior. A arma de fogo desmuniada e o princípio da ofensividade. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

29.

Henrique José Marques Araújo. Poder investigatório do Ministério Público. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

30.

Jussara Soares de Oliveira. A aplicação da ação controlada nos crimes tipificados na Lei de Drogas, Lei n. 11.343/2006. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

31.

Leonardo Lopes Diniz. Perspectiva histórica da dimensão política e jurídica do efeito devolutivo dos recursos no processo penal. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

32.

Marcus Vinícius Bernardes Gusmão. A prisão preventiva como garantia da ordem pública: inconstitucionalidades e impropriedades. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

33.

Maressa Neres da Silva. O aborto como um problema de saúde pública. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

34.

Pedro Aldo de Oliveira Bezerra. Do necessário preenchimento de requisitos para decretação do cautelar preventivo nos crimes de violência doméstica. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

35.

Rodrigo de Castro Annes. O princípio da insignificância e sua aplicação no âmbito do Supremo Tribunal Federal. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

36.

Tiago Neres Coutinho. Crime organizado: publicidade de agente infiltrado à luz da Lei 12850/13. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

37.

Vitor José Borges Alves. Influência mediática e antecipação de pena. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

38.

Jeremias do Nascimento Alves. O Ministério Público e a investigação criminal. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

39.

Adriano Leonardo Alves. A inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 1o da Lei 9296/96. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós graduação em Direito Penal) - Escola da Magistratura do Distrito Federal. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

JOÃO ARTHUR VIEIRA SOUZA SILVA. DIREITO DE VISITA DO PRESO: A RESTRIÇÃO DE VISITA DO PRESO PARA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS, UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Roberta Cordeiro de Melo Magalhães.

Outras informações relevantes

Professor da Pós-graduação "lato sensu" em Direito UnICEUB Professor da Pós-graduação da ATAME de Brasília

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 07/03/2025 às 13:21:30

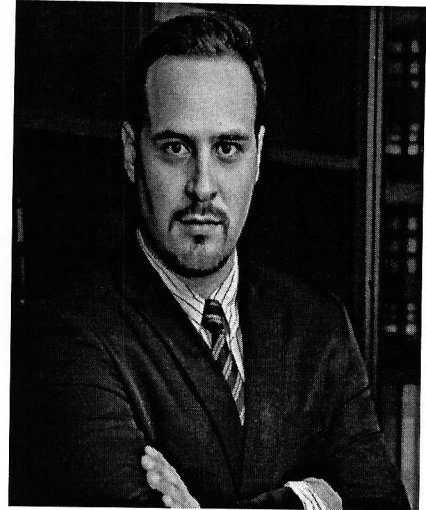
Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes

RAFAEL SILVA ROSSI

Telefone celular: (61) - 98140-1808

E-mail: rafael.rossi@adv.oabsp.org.br

Data de Nascimento: 19/02/1990



FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Graduado no ano de 2012 pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, onde alcançou o grau de Bacharel em Direito.
- Graduado nos anos de 2012 e 2013 pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, oportunidade que atingiu os graus de licenciado e bacharelado, respectivamente, em Ciências Sociais.
- Especialista em Direito Civil e Processual Civil; em Direito Penal, Processual Penal, Empresarial e; em Direito Público; todas concluídas juntos à Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal – ESMA/DF.
- Mais informações disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0242949905089137>>.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Atuação como estagiário concursado no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com concentração no auxílio administrativo e elaboração de pareceres e peças processuais em todos os graus de jurisdição, entre os anos de 2009 e 2012.
- Atuação como estagiário voluntário do Tribunal do Júri de Brasília, pelo período de dois meses, com elaboração de sentenças relativas ao procedimento do Júri, sob supervisão do Juiz de Direito Fábio Francisco Esteves.
- Atuação como advogado nas áreas de contencioso e consultivo cível e administrativo, suportando pessoas físicas e jurídicas, bem como em processos criminais, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e no Distrito Federal.
- Atuação como **Procurador no Órgão da Procuradoria Geral do Município de Santo Antônio do Descoberto – GO**, com enfoque na elaboração de projetos de lei de iniciativa do Executivo.

Currículo Vitae.

Prof. Urani

Nome: Jefferson Alves de Urani

Data nasc. 06/11/1973

CPF 552663471-04

Graduação:

Direito

Geografia

Educação Física

Pós Graduação:

Livre docência do Ensino Superior

Especialização/Mestrado – Gestão Ambiental

Experiencia profissional:

Professor desde 1993 nos principais curso preparatórios para concursos do Brasil

Professor do GDF.

Subsecretário de Segurança Alimentar e Nutricional do DF – 2015 a setembro de 2017.

Analista de Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal desde 2017.

